



# CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERÍ

PROJETO DE LEI Nº. 6.2 de 1.958

Dispõe sobre a cobrança do IMPOSTO PRÉDIAL do Município; " FINANÇAS DOS MUNICIPIOS, da LEI ORGÂNICA DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Lei nº. 1 de 18 de setembro de 1947 - Título IV - Capítulo I - seus Artigos e Parágrafos".

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI, decreta:

Artigo 1º - Através da presente Lei, fica regulamentada a cobrança do " IMPOSTO PRÉDIAL " do Município.

Parágrafo § 1º) - o imposto predial, recairá sobre todos os prédios localizados dentro dos perímetros urbanos e suburbanos, situados na sede do município e nas sedes dos distritos de paz, cujas áreas estejam dentro dos perímetros fixado em lei;

Parágrafo § 2º) - são considerados prédios e sujeitos ao imposto, todos que possam servir de habitação, uso ou recreio, quer sejam ocupados pelos proprietários, alugados ou ocupados gratuitamente, (casas, armazens, barracões, garagens, chачaras ou qualquer edifício que sejam qual a sua denominação, forma ou destino);

Parágrafo § 3º) - será lançado e arrecadado juntamente com o imposto predial, a taxa de remoção de lixo domiciliar e limpeza das vias públicas;

Artigo 2º - O imposto predial, taxa de remoção de lixo domiciliar e limpeza das vias públicas, serão cobrados das seguintes formas:

- a) - 5% (cinco por cento) sobre o valor locativo do prédio;
- b) - 2% (dois por cento) sobre a taxa de remoção de lixo domiciliar e limpeza das vias públicas;

Artigo 3º - Para lançamento e cobrança do referido imposto em prédios de uso próprio, far-se-a uma redução de 50% (cincoenta por cento), sobre o valor locativo;

Parágrafo § 1º) - a vantagem constante no Artigo 3º, não recai nos prédios destinados a fins comerciais, sejam próprios, alugados ou gratuitos;

Parágrafo § 2º) - quando se tratar de prédio anexo, (comercial e moradia), desdobra-se o lançamento; neste caso gozará do direito do Artigo 3º, a parte que couber a moradia;

Artigo 4º - Para o lançamento do referido imposto, servirão de base as declarações apresentadas pelos inquilinos, como sejam: recibo de aluguel, contrato de locação e arrendamento, carta de fiança; documentos esses reconhecidos por lei:

Parágrafo § 1º) - se forem suspeitas as declarações ou legitimidades de documentos do Artigo 4º, o valor locativo será arbitrado pelo funcionário lançador e não poderá ser inferior a 10% (dez por cento), do valor do prédio, considerando os seguintes elementos estimativos;

(segue folha 2)

*Despacho para  
receber parecer de todos os  
commissários  
e de delegados  
e relator  
câmara municipal  
10.12.58  
M. J. J. J.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERÍ

Projeto de Lei nº. 62. de 1.958 == Continuação Fls. 2

- a)- situação e localização do prédio e o seu valor venal;
- b)- alugueis dos prédios identicos, das imediações ou zonas equivalentes;

Paragrafo § 2º)- os lançamentos poderão ser feitos pelos fiscais ou pelos agentes arrecadadores, obdecendo os critérios indicados no Artigo 4º e seu paragrafo e itens.

Artigo 5º - Sempre que houver aumento de aluguel do prédio, o proprietário esta na obrigação de comunicar por escrito a Prefeitura, sob pena de multa no valor de Cr\$ 100,00 ( cem cruzeiros) até Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Artigo 6º - O impôsto será pago nas seguintes formas:

I - Se o valor for igual ou inferior a Cr\$ 250,00 ( duzentos e cinquenta cruzeiros ), inclusive a taxa de remoção de lixo domiciliar e limpeza das vias publicas, será pago de uma so vez - até o dia 30 (trinta) do mês de abril de cada ano;

II - Se o valor for superior a Cr\$ 250,00 ( duzentos e cinquenta cruzeiros ), inclusive a taxa de remoção de lixo domiciliar e limpeza das vias publicas, será pago em duas prestações iguais; a primeira até o dia 30 (trinta) do mês de abril, e a segunda ate o dia 31 (trinta e hum) do mês de outubro de cada ano;

Paragrafo § 1º)- os contribuintes que pagarem 30 (trinta) dias antes do prazo marcado, serão um abatimento de 20% (vinte por cento); vencendo o prazo sofrerão a multa de 10% (dez por cento), - sobre a importância do debito, prazo este estipulado no item I, II do Artigo 6º.

Artigo 7º - Na falta de pagamento, nos prazos marcados, - executará a cobrança Executiva da seguinte forma:

Paragrafo Único - A cobrança executiva, far-se-a quando - findar o ano em exercicio, sucessivamente.

Artigo 8º - Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento do impôsto, sem que tenha sido previamente comunicado, por aviso direto, afixação de edital a porta do edificio em que funcionar a Prefeitura ou publicado pela imprensa local, se houver:

Paragrafo § 1º)- contrario o lançamento, poderão os interessados reclamar per meio de requerimentos dirigido ao senhor Prefeito, dentro de 15 (quinze) dias, apos a comunicação ou publicação do Artigo 8º, instruidos de provas;

Paragrafo § 2º)- contrario a decisão do senhor Prefeito, os interessados poderão recorrer dentro de 15 (quinze) dias, contados da data do despacho, à Câmara Municipal e as estancias superiores;

Paragrafo § 3º)- findos os prazos destes Artigo e paragrafos, sem que haja reclamações, serão considerados legal o lançamento do devido imposto.

-o-o-o-o-o-

( segue fôlha 3 )



## CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERÍ

Projeto de Lei nº. 62 de 1.958 == Continuação Fls. 3

Artigo 9º - Aos prédios construídos e terminados no primeiro semestre, far-se-a uma redução no valor locativo de 50% (cincoenta - por cento), devendo ser pago de uma só vez até o dia 31 do mês de outubro, e os prédios construídos e terminados no segundo semestre passarão a pagar o devido imposto no exercício vindouro.

Artigo 10º - A cobrança do imposto, sobre prédio lançado em aditamento, será feito até 30 dias depois da entrega do aviso de lançamento.

Artigo 11º - Todos os prédios e construções, terão o direito de ocupar uma área de terreno de 1.000 (hum mil) metros quadrados, o excedente fica sujeito ao pagamento do imposto territorial urbano ou suburbano.

Artigo 12º - O imposto predial urbano e suburbano, grava o - imóvel sobre qual recai para todos os efeitos de direito.

Artigo 13º - O prédio que pertencer a diversos proprietários, o imposto recairá proporcionalmente em cada um deles, ficando todos - solidariamente obrigado pela sua totalidade.

Artigo 14º - O prédio que fizer frente ou não para a via pública, devem ser lançados de per si, pelo respectivo valor locativo.

Artigo 15º - Ficam isentos do imposto predial:

- I - Prédios pertencentes: aos Governos da União, do Estado e dos Municípios;
- II - Prédios pertencentes: a templos de qualquer culto, casas parquiais e episcopais, instituições de educação e assistência social gratuita;
- III - Prédios pertencentes: as corporações beneficentes ou religiosas, que funcionam, asilos, hospitais, colegios ou escolas gratuitas;
- IV - Prédios pertencentes: as associações esportivas e educação física, bens e serviços de partidos políticos.

Artigo 16º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 1.958

Amos Meucci  
= AMOS MEUCCI =

*Apresentado em*  
*1º*